



poder de compra. Remunerações em 2023 ficam em termos reais abaixo de 2021

rdem até 8,6% em 2 anos

(pessoal com funções administrativas e formação ao nível do ensino secundário), no início da respetiva carreira, escapam às perdas reais no salário base. Estes cálculos não têm em conta o impacto do aumento do subsídio de refeição, de €4,77 para €5,20, logo em outubro de 2022, e, a partir de abril, para €6,00, como anunciado pelo Executivo. Também não são considerados os efeitos da progressão na carreira, já que estes são variáveis entre trabalhadores, com a maioria dos funcionários públicos a demorar dez anos para avançar uma posição remuneratória.

As contas indicam que mesmo os salários baixos sofrem uma degradação real entre 2021 e 2023. É o caso dos assistentes operacionais cuja remuneração estava acima do salário mínimo e, por isso, não beneficiaram da sua atualização, perdendo entre 3,8% e 4,9%. Já para militares da GNR e agentes da PSP na base da carreira a degradação é mais ligeira, ficando pelos 0,4%. São os salários mais elevados que sofrem as maiores quedas em termos reais. Enfermeiros, militares da GNR, polícias, médicos, docentes universitários e professores no topo das respetivas carreiras sofrem uma degradação real dos salários de 8,6% em termos acumulados, no espaço de dois anos. Em valores absolutos, isto significa uma redução salarial em termos reais que pode ultrapassar os €500 mensais (ver infografia).

Resta agora a dúvida se o aumento adicional de 1%, bem como a nova atualização do subsídio de refeição, terão efeitos retroativos desde o início do ano. Essa é a exigência de Fesap e STE, as estruturas sindicais filiadas na UGT que em outubro passado assinaram com o Governo o acordo para a valorização salarial da Administração Pública. Inês Ramires não fechou a porta, mas também não se comprometeu. A dívida deverá ser desfeita na nova reunião entre Governo e sindicatos, na próxima quarta-feira. Já para a Frente Comum, filiada na CGTP e que ficou fora do acordo, esta atualização não responde às necessidades dos trabalhadores.

Progressão mais rápida

Os trabalhadores da Administração Pública afetados pelo congelamento

EM DOIS ANOS, A PERDA SALARIAL EM TERMOS REAIS PODE ULTRAPASSAR OS €500 POR MÊS

to das carreiras entre 2005 e 2007 e, depois, com a *troika*, vão poder avançar mais rapidamente na sua posição remuneratória, ou seja, em termos salariais. Uma progressão que habitualmente demora dez anos poderá vir a ser feita em seis anos. Mas esta aceleração será válida uma única vez para cada trabalhador, na próxima progressão, a partir de 1 de janeiro de 2024. Ou seja, uma vez usada, não se repete. A proposta foi apresentada esta semana aos sindicatos pela secretária de Estado da Administração Pública, Inês Ramires. E abrange os trabalhadores cuja progressão na carreira resulta dos pontos obtidos na sua avaliação de desempenho (cerca de 65% dos funcionários públicos).

De entre este universo, os trabalhadores que contam com mais de 18 anos de carreira na Administração Pública — e por isso foram penalizados pelos dois períodos de congelamento — terão uma redução do número de pontos necessários para avançarem uma posição remuneratória. Em vez de dez serão seis. Dado o sistema de quotas em vigor na avaliação de desempenho, 65% dos trabalhadores da Administração Pública recebem, no máximo, um ponto por ano. E, por isso, demoram dez anos a avançar uma posição. Com esta medida, serão seis anos.

cmateus@expresso.imprensa.pt

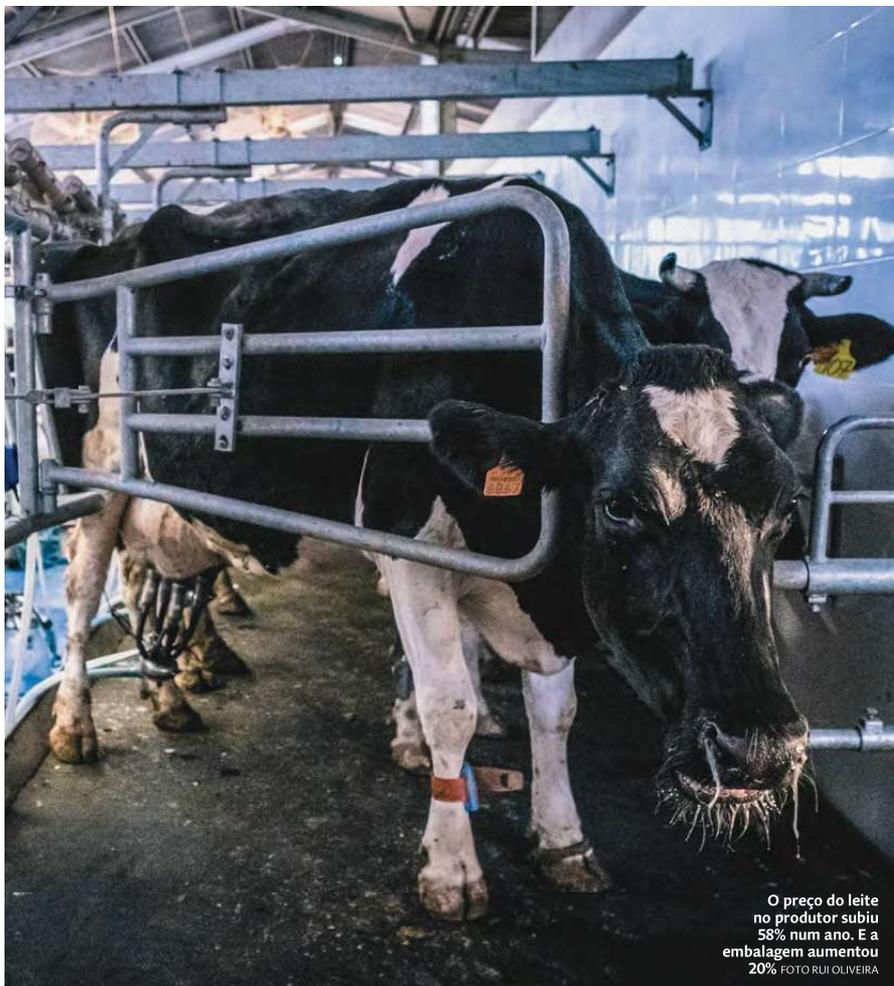
SALÁRIOS DA FUNÇÃO PÚBLICA PERDEM ATÉ 8,6% DO PODER DE COMPRA FACE A 2021

Valores mensais em euros e percentagem

POSICÃO	CARREIRA/GRUPO	SALÁRIO		COMPARAÇÃO COM 2021 (REAL)	
		2023	21 E 22		
1ª	4ª	Assistente operacional	769,2	12,69	1,7%
1ª*	5ª	Assistente operacional	769,2	-30,7	-3,8%
4ª*	8ª	Assistente operacional	908,8	-46,9	-4,9%
1ª		Assistente técnico	869,8	70,0	8,7%
9ª		Assistente técnico	1280,7	-31,4	-2,4%
2ª		Técnico superior	1333,4	-37,6	-2,7%
14ª		Técnico superior	3561,1	-277,4	-7,2%
1ª		Enfermeiro	1280,7	-90,2	-6,6%
11ª		Enfermeiro	3024,3	-285,5	-8,6%
1ª		Guarda da GNR	908,8	-3,5	-0,4%
8ª		Guarda da GNR	1280,7	-31,4	-2,4%
4ª		Primeiro-sargento da GNR	1596,5	-126,9	-7,4%
2ª		Tenente-general da GNR	4366,4	-412,2	-8,6%
1ª		Agente da PSP	908,8	-3,5	-0,4%
7ª		Agente da PSP (antiga 8ª)	1280,7	-31,4	-2,4%
1ª		Subcomissário da PSP	1596,5	-126,9	-7,4%
2ª		Superintendente-chefe da PSP	3883,2	-366,6	-8,6%
1ª		Médico assistente	2863,2	-270,3	-8,6%
3ª		Médico assistente graduado sénior	5279,0	-498,4	-8,6%
1ª		Docente universitário leitor	2394,9	-219,8	-8,4%
4ª		Docente universitário catedrático	5631,6	-531,7	-8,6%
1ª		Educador de infância	1604,9	-127,9	-7,4%
10ª		Professor do básico e secundário	3507,9	-331,2	-8,6%

(*) A tabela remuneratória da carreira foi reconstruída em 2023 por causa do aumento do salário mínimo nos últimos anos, valores referem-se à remuneração-base em termos brutos. Valores da remuneração em 2023 tendo em conta a segunda atualização, de 1%, anunciada pelo Governo para todos os funcionários públicos. Atualização dos valores de 2021 para 2023 feita com base no índice de preços do consumidor (para 2023 foi assumido o valor de 5,5% para a variação média anual do IPC, que corresponde à previsão do Banco de Portugal)

FONTE: DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO EMPREGO PÚBLICO, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CÁLCULOS EXPRESSO



O preço do leite no produtor subiu 58% num ano. E a embalagem aumentou 20% FOTO RUI OLIVEIRA

Valeu a pena descer o IVA em Espanha?

Os analistas têm dito que a medida não resultou, mas estudo da Comissão Europeia e do Banco de Espanha dizem que sim

Entre abril e outubro, 44 produtos essenciais, escolhidos com base numa alimentação saudável e em função das preferências dos portugueses, vão ficar isentos de IVA. Espanha também apostou, em janeiro, na descida do IVA para tornar alguns bens básicos mais acessíveis às famílias, mas há divergências sobre o resultado prático da medida.

Os analistas têm coincidido em afirmar que a medida não se traduziu num benefício para os consumidores, uma vez que o retalho alimentar absorveu a eliminação do imposto e os preços nas prateleiras continuaram a subir. O Banco de Espanha acaba de indicar o contrário: a medida permitiu abrandar o ritmo de crescimento dos preços face à zona euro e 90% da descida do IVA para zero terão sido incorporados nos preços finais. Um estudo da Comissão Europeia concorda que o consumidor saiu a ganhar.

“O reflexo nos preços foi em geral significativo e em muitos casos próximo ou até ligeiramente superior a 100%, com percentagens inferiores, mas ainda substanciais (30%-70%), para pão, leite e óleo de cozinha”, diz este trabalho, que defende “o sucesso do objetivo de redução de preço, pelo menos imediatamente após a imple-

mentação da medida”. Na comparação entre as plataformas online de um supermercado em Espanha e outro na Alemanha, o estudo também conclui que, em geral, os artigos em análise tiveram descidas de preços em Espanha e subidas na Alemanha.

“Na verdade, a análise mostra que apenas no caso do queijo a descida de preço em Espanha superou a descida do IVA. Nos outros artigos analisados (fruta, vegetais, massa, leite e óleo), a descida de preços é inferior à descida do IVA, e no pão baixou claramente mais o IVA do que o preço ao consumidor”, diz o Expresso o economista Pedro Brinca, da Nova SBE. O resultado não contraria a convicção geral de que, “quando temos uma descida do IVA, o preço ao consumidor não desce na mesma proporção”, comenta, sem esquecer as teorias que defendem que o IVA desce mais do que o preço final.

No caso deste trabalho, os próprios autores referem outros estudos que seguem direções divergentes sobre as virtudes da descida da taxa de IVA. E, diz Pedro Brinca, apesar de a análise considerar diferenças permanentes entre Espanha e a Alemanha que não comprometem o resultado final da análise, o estudo compara valores no fim de dezembro e no início de janeiro, “exatamente o momento em que há atualizações de preços, não refletindo o facto de os processos de indexação serem diferentes nos dois países”. M.C.